



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

1.º Suplemento

SUMÁRIO

GOVERNO

Decreto-Lei n.º 19/2016.

Código de Investimentos.

Decreto-Lei n.º 20/2016.

Define e regulamenta as actividades dos Inspectores de Jogos.

Decreto-Lei n.º 21/2016.

Altera as Taxas aduaneiras aplicáveis para a cobrança dos direitos aduaneiros devidos pela importação de bebidas alcoólicas.

GOVERNO**Decreto-Lei n.º 19/2016**

O Governo, no âmbito da autorização legislativa concedida pela Assembleia Nacional, através da Lei n.º 5/2006 e no uso das faculdades conferidas pela alínea d) do artigo 111.º da Constituição da República, decreta o seguinte:

Código de Investimentos**Título I
Disposições Gerais****Capítulo I
Objecto, Âmbito e Definições****Artigo 1.º
Objecto**

O Código de Investimentos tem por objectivo definir os termos, condições, modalidades, garantias e incentivos aplicáveis aos investimentos realizados na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

**Artigo 2.º
Âmbito**

A presente lei cria o regime aplicável a todos os investimentos realizados na República Democrática de São Tomé e Príncipe, cujo montante global corresponda ao valor igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil EUROS), elegíveis aos incentivos fiscais constantes do Código de Benefícios Fiscais.

**Artigo 3.º
Definições**

Para efeitos deste Código, considera-se:

a) **Atividade Económica**- a produção e comercialização de bens ou a prestação de serviços de qualquer natureza, levadas a cabo por pessoas singulares ou colectivas em qualquer sector da atividade nacional;

b) **Capital**- contribuição susceptível de avaliação pecuniária, expressas em moeda nacional ou estrangeira, podendo também se considerar, os bens moveis, imoveis, direito incorporado ou a incorporar no projeto;

c) **Investidor** – qualquer pessoa singular ou coletiva, de qualquer nacionalidade, que realize ou tenha realizado operações de investimento nos termos das Leis vigentes no país;

d) **Investimento**- toda mobilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos destinados a criar ou ampliar atividades produtivas ou de prestação de serviços;

e) **Investimento Direto Estrangeiro**- qualquer das formas de contribuição do capital susceptível de avaliação pecuniária, que constitui recurso próprio ou sob conta e risco do investidor, provenientes do estrangeiro e destinado à incorporação no investimento para a realização de um projeto de atividade económica através de uma sociedade comercial registada em São Tomé e Príncipe e a operar a partir do território nacional.

f) **Reinvestimento**- aplicação, total ou parcial, dos lucros líquidos resultantes da exploração, depois de impostos e demais

contribuições obrigatórias, na expansão, diversificação ou modernização da capacidade instalada;

g) **Lucros Exportáveis**- a parte dos lucros resultantes da actividade do projecto que envolva investimento directo estrangeiro elegível à exportação de lucros de acordo com a Lei Cambial em vigor, cuja remessa para o exterior, o investidor pode efectuar sob sua livre iniciativa, uma vez providenciados o pagamento dos impostos e demais obrigações legais e outras deduções legais relativas à constituição ou reposição de fundos de reserva.

**Capítulo II
Princípios e Objetivos do Investimento Privado****Artigo 4º
Princípios Gerais**

A política de investimento privado e a atribuição de incentivos e facilidades obedece os seguintes princípios gerais:

- a) Respeito pela propriedade privada;
- b) Respeito pelas regras do mercado livre e da sã concorrência entre os agentes económicos;
- c) Respeito pela livre iniciativa, exceto para as áreas definidas por lei como sendo de reserva do Estado;
- d) Garantia de segurança e proteção do investimento;
- e) Garantia da igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros;
- f) Garantia da promoção da livre circulação de bens e capitais, nos termos e limites legais;
- g) Respeito e integral cumprimento de acordos e tratados internacionais;

**Artigo 5º
Princípio da Promoção do Investimento**

1. Cabe ao Governo definir e promover políticas de investimento privado, nas áreas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e bem-estar económico, social e cultural da população.

2. No âmbito das competências que lhe são conferidas, pode ainda o Governo privilegiar tipos de investimentos, em função de sectores ou de zonas de desenvolvimento.

3. O Governo garante aos investimentos que preenchem os requisitos de elegibilidade um regime de incentivos fiscais, sob a forma de isenções, reduções de taxas, deduções à matéria coletável e à coleta, de amortizações e reintegrações aceleradas ou de crédito fiscal por investimento, de acordo com o estabelecido no Código de Benefícios Fiscais.

**Artigo 6º
(Objetivos dos Investimentos)**

Nos termos da presente lei, são considerados investimentos, as atividades económicas desenvolvidas por sociedades de direito são-tomense ou registadas em São Tomé e Príncipe, que concorram para atingir os seguintes objetivos económicos e sociais:

Incentivar o crescimento da economia e o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe;

b) Promover o bem-estar económico, social e cultural das populações, em especial da juventude, dos idosos, das mulheres e das crianças;

c) Promover o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, sobretudo das zonas rurais do País;

d) Aumentar a capacidade produtiva nacional, com base na incorporação de matérias-primas locais e elevar o valor acrescentado dos bens produzidos no país;

e) Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;

f) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra São-tomense;

g) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;

h) Aumentar as exportações e reduzir as importações;

i) Aumentar as disponibilidades cambiais e o equilíbrio da balança de pagamentos;

j) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno;

k) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos localmente produzidos;

l) Reabilitar, expandir ou modernizar as infraestruturas destinadas à atividade económica.

Título II Do Investimento

Capítulo I Operações de Investimento

Artigo 7º Operações de Investimento

Nos termos e para efeitos da presente lei, são operações de investimento, entre outros, os seguintes actos e contratos:

a) Utilização de moeda nacional ou outra livremente convertível domiciliada em território nacional, de tecnologia e know-how, desde que representem uma mais-valia ao empreendimento e sejam suscetíveis de avaliação pecuniária, e bem assim de máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos;

b) Aquisição de tecnologia e know-how;

c) Aquisição de máquinas e equipamentos;

d) Conversão de créditos decorrentes de qualquer tipo de contrato;

e) Participações em sociedades e empresas de direito são-tomense, domiciliadas em território nacional;

f) Aplicação de recursos financeiros resultantes de empréstimos, incluindo os que tenham sido obtidos no exterior, devendo os mesmos ser previamente licenciados, nos termos da legislação cambial em vigor;

g) Criação de novas empresas exclusivamente pertencentes ao investidor privado;

h) Ampliação de empresas ou de outras formas de representação social;

i) Aquisição da totalidade ou parte de empresas ou de agrupamentos de empresas já existentes;

j) Participação ou aquisição de participação no capital de empresas ou de agrupamentos de empresas, novas ou já existentes, qualquer que seja a forma de que se revista;

k) Celebração e alteração de contratos de consórcios, associação em participação, joint-ventures, associação de terceiros a partes ou a quotas de capital e qualquer outra forma de contrato de associação permitida, ainda que não prevista na legislação comercial em vigor;

l) Obtenção, total ou parcial, de estabelecimentos comerciais e industriais, por aquisição de ativos ou através de contratos de cessão de exploração;

m) Aquisição total ou parcial de empresas agrícolas, mediante contratos de arrendamento ou de quaisquer acordos que impliquem o exercício de direitos de posse, de uso, de aproveitamento e exploração da terra, por parte do investidor;

n) Exploração de complexos imobiliários, turísticos ou não, independentemente da natureza jurídica que assumam;

o) Realização de prestações suplementares de capital, adiantamentos dos sócios e, em geral, os empréstimos ligados à participação nos lucros;

p) Aquisição de bens imóveis situados em território nacional, quando essa aquisição se integre em projectos de investimento privado;

q) Cedência, em casos específicos e nos termos acordados e sancionados pelas entidades competentes dos direitos de utilização de terras, de tecnologias patenteadas e de marcas registradas, cuja remuneração se limite à distribuição de lucros resultantes das actividades em que tais tecnologias ou marcas tenham sido aplicadas;

r) Cedência de exploração de direitos sobre concessão e licenças e direitos de natureza económica, comercial ou tecnológica.

s) Exploração de complexos imobiliários, turísticos ou não, independentemente da natureza jurídica que assumam;

t) Realização de prestações suplementares de capital, adiantamentos aos sócios e, em geral, empréstimos ligados à participação nos lucros;

u) Aquisição de bens imóveis situados em território nacional, quando essa aquisição se integre em projectos de investimento privado.

v) Aquisição, total ou parcial, de empresas agrícolas, mediante contratos de arrendamento ou de quaisquer acordos que impliquem o exercício de posse e exploração por parte do investidor;

x) Obtenção, total ou parcial, de estabelecimentos comerciais ou industriais, por aquisição de activos ou através de contratos de cessão de exploração;

2. Não são consideradas investimento externo as operações que consistam no frete temporário de automóveis, embarcações, aeronaves e outros meios susceptíveis de aluguer, leasing ou qualquer outra forma de uso temporário no território nacional contra pagamento.

3. São considerados investimentos estrangeiros para efeito de repatriamento dos lucros todas as operações de investimento realizadas com recursos ao financiamento externo.

Artigo 8º

Formas de Realização do Investimento

1. Os actos de investimento externo podem ser realizados, isolada ou cumulativamente, através das seguintes formas:

a) Transferência de recursos do exterior ou alocação de fundos próprios;

b) Aplicação de disponibilidades em moeda estrangeira, em contas bancárias constituídas em São Tomé e Príncipe, susceptíveis de reexportação, nos termos da legislação cambial aplicável;

c) Aplicação, em território nacional, de fundos no âmbito de reinvestimento externo;

d) Importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos;

e) Incorporação de créditos e outras disponibilidades do investidor privado, susceptíveis de serem aplicados em empreendimentos;

f) Incorporação de tecnologias e know-how, desde que representem uma mais-valia ao empreendimento e sejam susceptíveis de avaliação pecuniária.

Capítulo II

Do Regime de Investimento

Artigo 9º

Considerações Gerais.

Com o objectivo de enquadrar os benefícios fiscais aos investimentos realizados ao abrigo do presente Código, são criados os seguintes regimes de investimento:

a) Regime simplificado;

b) Regime Geral;

c) Regime especial;

Artigo 10º

Regime Simplificado

Enquadra-se no regime simplificado o investimento definido nos termos do artigo 3.º do presente código, cujo valor global esteja compreendido entre 50.000 Euros (cinquenta mil euros) e 249. 999 Euros (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove Euro).

Artigo 11º

Regime Geral

Enquadra-se no regime geral o investimento definido nos termos do artigo 3.º do presente código, cujo montante global se situe entre os valores equivalentes a 250.000,00 Euros (Duzentos e Cinquenta Mil Euro) e 4 999 999 Euro (Quatro Milhões Novecentos e Noventa e Nove Mil Novecentos e Noventa e Nove Euro).

Artigo 12º

Regime Especial

Enquadra-se no regime especial o investimento definido nos termos do artigo 3.º do presente código, cujo montante global seja igual ou superior ao valor equivalente a 5.000.000 Euros (Cinco Milhões de Euros).

Artigo 13º

Condições de Acesso

1. Podem beneficiar dos incentivos previstos no Código dos benefícios fiscais os projetos de investimento, cujos promotores preencham os seguintes requisitos:

a) Ter no mínimo vinte por cento (20%) de capital disponível;

b) Demonstrar que possui uma situação económica e financeira estável para a realização do projeto;

c) Apresentar certidão negativa de dívidas com o Estado e a Segurança Social.

d) Apresentar o estudo de viabilidade do projeto aceitável para o Estado, que demonstre a criação de postos de trabalho de carácter permanente e direccionado a ocupação de mão-de-obra nacional e contribua no âmbito da responsabilidade social.

e) Apresentar o relatório de análise e demonstração do impacto económico do investimento para o país.

Capítulo III

Garantias

Artigo 14º

Igualdade de Tratamento

Nos termos da Constituição e dos princípios que enformam a ordem jurídica, política e económica do País, o Estado são-tomense assegura, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo, às sociedades e empresas constituídas e aos bens patrimoniais, garantindo-lhes protecção, segurança, acesso aos meios e instâncias judiciais e não dificultando a sua gestão, manutenção e exploração.

Artigo 15.º Garantias Comuns

1. O Estado são-tomense garante a todos os investidores o acesso aos tribunais são-tomenses para a defesa dos seus direitos, sendo-lhes garantido o devido processo legal.

2. No caso dos bens objeto do projeto de investimento serem expropriados ou requisitados em função de ponderosas e devidamente justificadas razões de interesse público, nos termos da lei, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, prévia e efetiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis.

3. O Estado garante às sociedades e empresas constituídas para fins de investimento privado protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial, nos termos da lei.

4. Os direitos concedidos aos investimentos privados nos termos da presente lei são assegurados sem prejuízo de outros que resultem de acordos e convenções de que o Estado são-tomense seja parte integrante.

5. É garantido o direito de importação directa de bens do exterior e a exportação autónoma de produtos produzidos pelos investidores, sem prejuízo da aplicação das regras aduaneiras e de protecção do mercado interno aplicáveis.

Artigo 16.º Outras Garantias

1. É garantido o direito de propriedade industrial e sobre toda a criação intelectual, nos termos da legislação em vigor.

2. São garantidos os direitos que venham a ser adquiridos sobre a posse, uso e aproveitamento titulado da terra, assim como sobre outros recursos dominiais, nos termos da legislação em vigor.

3. É garantida a não interferência pública na gestão das empresas privadas, excepto nos casos expressamente previstos na lei.

4. O Estado garante o não cancelamento de licenças sem o respectivo processo judicial ou administrativo.

Artigo 17.º Garantias Convencionais

As disposições do presente Código não restringem as eventuais garantias e vantagens contempladas em acordos ou tratados internacionais que a República Democrática de São Tomé e Príncipe é parte signatária ou tenha aderido.

Capítulo IV Transferências de Capitais e Acesso a Outras Facilidades

Artigo 18.º Transferência de Lucros e Dividendos

1. Depois de implementado o projeto de investimento e mediante prova da sua execução, de acordo com as regras definidas na presente lei e nos termos e condições, estabelecidos na respectiva autorização, é garantido, nos termos da legislação cambial aplicável, o direito de transferir para o exterior:

a) Os dividendos ou os lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade ou da empresa;

b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que, nos termos da presente lei, constituam investimento privado;

d) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

2. A transferência efectiva de lucros e dividendos depende, com as necessárias adaptações, do estatuído no Código dos Benefícios Fiscais.

Capítulo V Deveres do Investidor

Artigo 19.º Deveres Gerais do Investidor

Os investidores estão obrigados a respeitar a presente lei e demais legislação aplicável e regulamentos em vigor, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, bem como aos compromissos contratuais, estando igualmente sujeitos às penalidades que nelas forem definidas.

Artigo 20.º Deveres Específicos do Investidor

O investidor é obrigado a:

a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de investimento, de acordo com os compromissos assumidos;

b) Promover a formação e enquadramento de mão-de-obra São-tomense, respeitando o justo critério de distribuição salarial, e condições específicas aos trabalhadores, devendo evitar a diferenciação entre o trabalhador nacional e o expatriado com o mesmo nível e grau académico;

c) Respeitar os princípios de igualdade e não discriminação, evitando a prática de actos ou acções que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física;

d) Cumprir com o pagamento de impostos e todas as outras contribuições, taxas que sejam devidas por lei, sem prejuízo dos eventuais benefícios fiscais a que tenha direito;

e) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade estabelecidos por lei;

f) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente em vigor;

g) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes

de trabalho, de acordo as legislações em vigor e outras eventualidades previstas na legislação sobre segurança social;

h) Efetuar e manter actualizados os seguros contra acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Capítulo VI Incentivos

Artigo 21.º Incentivos e Benefícios

Os projetos de investimento realizados à luz do presente Código beneficiam dos incentivos fiscais ao investimento previstos no Código de Benefícios Fiscais de São Tomé e Príncipe.

Artigo 22.º Irrevogabilidade e Acumulação de Incentivos

1. O direito ao gozo dos incentivos concedidos no Código de Benefícios Fiscais de São Tomé e Príncipe é irrevogável durante o período de sua duração, excepto nos casos em que tenham sido cometidas infrações previstas à luz do Código de Benefícios Fiscais.

2. Os incentivos previstos neste diploma são acumuláveis com quaisquer outros de natureza financeira ou outros que venham a ser criados em legislação especial.

Título III Processo de Admissibilidade do Investimento

Capítulo I Processo de Candidatura

Artigo 23.º Âmbito do Regime Processual

Todos os projetos de investimento privado estão sujeitos à celebração de Contrato Administrativo de Investimento, enquanto regime processual único.

Artigo 24.º Natureza e Estrutura do Contrato de Investimento

1. O contrato de investimento tem natureza administrativa, tendo como partes assinantes o Estado, representado pela Direcção do Património, e o Investidor;

2. O investidor deverá preencher a ficha técnica que servirá para elaboração do Contrato Administrativo de Investimento, que deve conter, os seguintes elementos:

- a) Identificação das partes;
- b) Natureza administrativa e objecto dos contratos;
- c) Prazo de vigência do contrato;
- d) Definição e quantificação dos objectivos a realizar pelo investidor privado no prazo contratual;

e) Definição das condições de exploração, gestão, associação e prazos dos empreendimentos que são objecto do contrato de investimento privado;

f) Definição e quantificação das facilidades, benefícios fiscais e outros incentivos a conceder e a assegurar pelo Estado ao investidor privado, como contrapartida do exacto e pontual cumprimento dos objectivos fixados;

g) Localização do investimento e regime jurídico dos bens do investidor;

h) Forma de resolução de litígios, com previsão pormenorizada do foro e dos procedimentos da arbitragem, caso se opte por esta via extrajudicial;

i) Definição geral, mas fundamentada, em anexo, do impacto económico, social e ambiental do projecto previsto, sempre que tal se aplique.

3. O contrato de investimento é outorgado em documento particular, no número de vias conforme as partes contratantes, devendo ser remetida uma cópia do contrato à Agência responsável pelos investimentos.

Capítulo VIII Etapas do Processo

Artigo 25.º Apresentação da Proposta

1. Todas as propostas de investimento privado devem ser apresentadas na Agência responsável pelos investimentos de forma mais completa possível, permitindo uma análise minuciosa, que resulte numa eficaz tomada de decisão sobre o projecto de investimento.

2. As propostas devem conter todos documentos necessários que permitam a identificação, a caracterização jurídica, económica, financeira e técnica do investidor e do investimento projectado, que permitam ainda fazer avaliação da pertinência do pedido de acesso a facilidades, incentivos e benefícios solicitados pelo investidor e ainda de um cronograma de implementação e de um estudo para avaliação do impacto ambiental do projecto de investimento, sempre que tal se aplique.

3. O órgão competente para aprovação pode solicitar à Agência responsável pelos investimentos que junte outros documentos ao processo de investimento.

4. A Agência responsável pelos investimentos pode adotar mecanismos eletrónicos, informáticos e de interface virtual com recurso à internet para a recepção das propostas de investimentos, recolha e tratamento de dados, bem como para a subsequente comunicação com o investidor e acompanhamento do investimento.

Artigo 26.º Da Consulta Prévia

1. Antes de verificados os pressupostos do investimento previstos neste diploma, podem os interessados requerer Agência responsável pelos investimentos, que se pronuncie sobre um pré-projecto de investimento ainda não concretizado.

2. O Parecer que recair sobre o requerimento formulado nos termos do número anterior será notificado ao interessado,

3. O Parecer referido nos números anteriores deverá ser proferido no prazo máximo de 8 dias contados a partir da data de apresentação do processo à autoridade competente,

4. Logo que seja apresentado o projecto de investimento e a Proposta do Contrato que tenha sido precedido de processo de consulta prévia, este será apensado, ao requerimento do interessado, e considerado válido enquanto a situação hipotética objecto da consulta prévia coincida com a situação de facto descrita no projecto apresentado.

Artigo 27.º Candidatura

1. O processo de candidatura será apresentado em 1 (um) exemplar na Secretaria da Agência responsável pelos investimentos e por via digital, e deverá ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Ficha técnica do projeto;
- b) Descrição genérica do projeto, incluindo, indicação da atividade económica, postos de trabalho diretos a serem criados, localização prevista ou localizações alternativas, tecnologias envolvidas, produtos ou serviços prestados;
- c) Planos de investimento e de financiamento;
- d) Formulários e mapas constantes do Anexo I a este diploma;
- e) Estudo de viabilidade económica e financeira, e outros necessários a demonstração da sustentabilidade do projeto;
- f) Plano da importação de bens a afectar ao projeto;
- g) Documento que comprove a legitimidade do promotor quanto a utilização do imóvel onde se propõe desenvolver o projeto em causa;
- h) Estudo do impacto ambiental, para os projetos susceptíveis de produzir riscos ambientais de acordo com a lei vigente sobre a matéria;
- i) Quaisquer outros estudos diretamente ligados à realização do projeto;

2. A entidade referida no número anterior poderá solicitar aos promotores do projecto de investimentos esclarecimentos complementares, que deverão ser fornecidos num prazo máximo de quinze dias.

3. O não cumprimento do estabelecido no número anterior implica a desistência da candidatura, salvo quando devidamente justificada e aceite pela entidade competente.

Artigo 28.º Avaliação Técnico-Económica

1. O projeto de investimento é objeto de avaliação de carácter técnico-económico, versando nomeadamente, nos seguintes aspetos:

a) Análise dos objetivos e características dos projetos; Estudo de mercado;

b) Análise da viabilidade económica e financeira do projeto.

2. Para efeitos de análise prevista na alínea c) do número anterior, ter-se-ão em conta, dentre outros os seguintes fatores:

- a) Manutenção e/ou criação de novos postos de trabalho;
- b) Saldo positivo, em divisas, que contribua para o equilíbrio da balança de pagamentos externos;
- c) Valorização de recursos nacionais, nomeadamente pela sua transformação ou incorporação em produtos;
- d) Utilização de bens e serviços nacionais;
- e) Grau de incremento do valor acrescentado nacional e diversificação geográfico-económica;
- f) Planos de formação profissional de trabalhadores nacionais;
- g) Impacto ecológico.

3. Para além das condições presentes no número anterior, exige-se ainda que o estudo de viabilidade do projeto, demonstre que o mesmo contribua para a sua maior absorção de recursos humanos nacionais no contexto do aumento do nível de emprego.

Artigo 29.º Apreciação e Decisão

1. Após a receção do processo, a Agência responsável pelos investimentos, envia, via eletrónica e em simultâneo, cópias completas, à Direção Geral das Alfândegas, à Direção Geral de Planeamento, à Direção dos Impostos e às outras Direções implicadas, em função da área de investimento.

2. Os serviços referidos no número anterior devem emitir parecer no que respeita as matérias da sua competência e enviar à Agência responsável pelos investimentos, por via eletrónica, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da receção da cópia do projeto.

3. Recolhidos os pareceres, a Agência responsável pelos investimentos submete, num prazo de 48 horas, o processo devidamente instruído à apreciação e despacho do Ministro tutelar do Planeamento.

4. Os projetos aprovados são remetidos ao Ministro das Finanças, para que os serviços competentes do Tesouro e do Património procedam a elaboração e negociação dos termos contratuais com o promotor.

5. Concluídas as negociações, o Ministro das Finanças autoriza por Despacho a subsequente assinatura do contrato administrativo de investimento e dos eventuais contratos de concessão.

Artigo 30.º
Autorização e Registo

A autorização do projeto de investimento será sempre formalmente comunicada à entidade promotora do projeto pela Agência responsável pelos investimentos;

A Agência responsável pelos investimentos deve organizar o registo de projectos autorizados, de acordo com as áreas de investimento.

Para os projetos realizados com capital estrangeiro, será elaborado um registo no Banco Central de S. Tomé e Príncipe, visando o controlo da balança cambial da entidade promotora do projeto.

Artigo 31.º
Certificado de Registo do Investimento

1. Aprovado o projeto de investimento, a Agência responsável pelos investimentos emite um Certificado de Registo de Investimento (CRIP), que confere ao seu titular o direito de investir nos termos nele referidos.

2. Do CRIP deve constar a identificação completa do investidor, o regime processual, o montante e as características económicas e financeiras do investimento, a repartição e a forma como deve ser realizado o investimento, o prazo para implementação do próprio projecto, o local do investimento, devidamente rubricada e autenticada pelo responsável máximo da Agência responsável pelos investimentos.

3. No verso do CRIP devem constar os deveres e garantias do investidor consagrados na presente lei e a assinatura do investidor privado ou seu representante legal.

4. O prazo para emissão do CRIP é de 3 dias, contados a partir da aprovação do projeto de investimento, salvo se houver motivos de força maior.

5. Os CRIP constituem o documento comprovativo da aquisição dos direitos e da assunção dos deveres de investidor privado consagrados na presente lei, devendo servir de base para todas as operações de investimento, acesso a incentivos e facilidades, obtenção de licenças e registos, solução de litígios e outros factos decorrentes da atribuição de facilidades e incentivos.

Artigo 32.º
Execução dos Projetos

1. A execução do projecto de investimento deve ter início dentro do prazo fixado no respetivo contrato de investimento.

2. Em casos devidamente fundamentados e mediante pedido do investidor, pode o prazo referido no número anterior ser prorrogado pela Agência responsável pelos investimentos, após autorização do órgão competente para aprovação do projecto de investimento.

3. A execução e a gestão do projeto de investimento devem ser efetuadas em estrita conformidade com as condições da autorização e da legislação aplicável, não podendo as contribuições provenientes do exterior serem aplicadas para finalidades

diversas daquelas a que foram autorizadas, nem desviar-se do objecto que tiver sido autorizado.

Artigo 33.º
Acompanhamento

1. Para facilitar o acompanhamento da realização dos investimentos privados autorizados, as empresas devem fornecer, anualmente, à Agência responsável pelos investimentos informações sobre a implementação e desenvolvimento do investimento, os lucros e dividendos dos empreendimentos, preenchendo o formulário que, para o efeito, lhes é enviado pela Agência responsável pelos investimentos.

2. A Agência responsável pelos investimentos pode recorrer à assistência dos órgãos competentes de fiscalização da Administração do Estado para garantir o cumprimento desta disposição normativa.

3. Com base nas informações e dados recolhidos nos termos do número anterior e após o seu tratamento, a Agência responsável pelos investimentos deve apresentar anualmente a tutela um relatório descritivo completo sobre a situação do investimento privado em São Tomé e Príncipe.

Artigo 34.º
Suspensão do Processo e Desistência

1. É permitido ao investidor suspender o processo de investimento junto da Agência responsável pelos investimentos antes da data da notificação da aprovação do projeto.

2. A retoma do expediente por efeito do previsto no número anterior pode desencadear-se por requerimento do investidor, dispondo a Agência responsável pelos investimentos de mais 30 dias para agendar a apreciação do correspondente projecto de investimento junto do órgão competente para a aprovação.

3. A desistência do investidor face ao seu projecto de investimento pode dar-se a qualquer momento, desde que seja fundamentada e anterior à outorga do contrato de investimento, altura em que cabe a rigorosa assunção das responsabilidades contratuais.

Capítulo II
Transgressões e Sanções

Artigo 35.º
Transgressões

São consideradas transgressões:

a) Incumprimento das obrigações e deveres constantes do contrato de investimento;

b) Não respeito das regras do presente código.

c) Desistência dolosa ou não fundamentada, aferida pela APCI em inquérito específico;

d) Não execução dos projetos dentro dos prazos fixados na autorização ou na prorrogação;

Artigo 36.º Sanções

1. Sem prejuízo de outras penalidades especialmente previstas por lei, as transgressões referidas nas alíneas a) e b) do artigo 38.º, são passíveis das seguintes sanções:

a) Coima de 5.000,00 a 10.000,00 Euros, a ser paga em Dobras, sendo o valor mínimo e o valor máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;

b) Perda das isenções, incentivos fiscais e outras facilidades concedidas;

c) Revogação da autorização do investimento;

2. A transgressão prevista na alínea c) do artigo 38.º, implica o registo do pretenso investidor numa base de dados da Agência responsável pelos investimentos para entidades proibidas de recorrerem ao regime do investimento privado previsto na lei e de usufruírem do sistema de incentivos e benefícios fiscais e aduaneiros, por um período de 10 anos.

3. A transgressão prevista na alínea d) do artigo 38.º, implica a aplicação da sanção prevista na alínea b) do número 1 do presente artigo, acrescida do pagamento de uma coima no valor até 1/4 do montante do investimento, salvo se for comprovada a situação de força maior.

Artigo 37.º Competência Para Aplicar Sanções

1. As sanções previstas no n.º 1 alínea a), n.º 2 e n.º 3 do artigo anterior são aplicadas pela Agência responsável pelos investimentos e a prevista no n.º 1 alínea c), pelo órgão competente que aprovou o investimento privado, nos termos da presente lei.

2. A sanção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior é aplicada, nos termos da legislação específica sobre a matéria, pelo órgão competente para aprovação do investimento privado.

3. A revogação da autorização do investimento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior implica sempre a perda das isenções, incentivos fiscais e outras facilidades concedidas, no âmbito do projecto de investimento privado em causa.

Artigo 38.º Procedimento e Recurso Sobre Sanções

1. Antes da aplicação de qualquer medida sancionatória, o investidor deve ser, obrigatoriamente, ouvido, tendo o direito de se fazer acompanhar, na respectiva audiência junto da Agência responsável pelos investimentos, por um advogado e de juntar ao processo os meios de prova de que dispuser.

2. A convocatória para a audiência, nos termos do número anterior, deve conter todos os factos e elementos acusatórios e ser entregue com uma antecedência mínima de 20 dias, no endereço do investidor ou do seu representante.

3. Na determinação da penalização a aplicar, devem ser tomadas em consideração todas as circunstâncias que rodearam a prática da infracção, o grau de culpabilidade, os benefícios pretendidos e obtidos com a prática da infracção e os prejuízos dela resultante.

4. O investidor privado pode reclamar ou recorrer da decisão sancionatória, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III Resolução de Conflito

Artigo 39.º Conciliação e Arbitragem

1. Os diferendos entre o Estado e qualquer investidor, relativos à interpretação e aplicação do presente Código, e a respectiva regulamentação, que não possam ser solucionados por via amigável ou negocial, são submetidos, para resolução, às instâncias judiciais competentes, em conformidade com a legislação santomense, se outro procedimento não for estabelecido em acordos internacionais em que São Tomé e Príncipe seja parte.

2. Os diferendos entre São Tomé e Príncipe e os investidores estrangeiros relativos a investimentos autorizados e realizados no país, caso outra via não tiver sido acordada, são resolvidos por arbitragem, recorrendo-se às seguintes alternativas:

a) Lei-quadro da arbitragem nacional;

b) Regras da Convenção de Washington, de 15 de Março de 1965, sobre a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados Nacionais e de outros Estados, bem como do respectivo Centro Internacional de Resolução de Diferendos relativos a Investimentos entre Estados Nacionais e de outros Estados;

c) Regras de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica o recurso aos tribunais competentes de São Tomé e Príncipe, sempre e quando, ambas as partes assim o pretendam e tenham acordado.

Artigo 40.º Norma Revogatória

1. É revogada Lei n.º 7/2008, de 27 de Agosto de 2008.

2. Os incentivos concedidos e os contratos celebrados ao abrigo do Código revogado manter-se-ão válidos até à sua extinção, não se podendo acumular os benefícios já acordados ao abrigo do Código revogado com os do presente Código.

3. As entidades que beneficiam do antigo regime de incentivos ao investimento, podem optar pela aplicação do regime instituído neste Código, devendo para o efeito, apresentar a candidatura adequada nos termos da presente Lei.

Artigo 41.º Entrada em vigor

O presente Decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 13 de Setembro de 2016.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Patrice Emery Trovoada*; O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Afonso da Graça Varela da Silva*; O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Dr. Manuel Salvador dos Ramos*; O Ministro da

Defesa e do Mar, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Administração Interna, *Sr. Arlindo Ramos*; Pelo Ministro da Justiça e Direitos Humanos, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Economia e da Cooperação Internacional, *Dr. Agostinho Quaresma Fernandes*; O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *Dr. Américo d'Oliveira dos Ramos*; O Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Eng. Carlos Manuel Vila Nova*; O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, *Sr. Teodorico Campos*; O Ministro da Educação, Cultura e Ciência, *Dr. Olinto da Silva e Sousa Daio*; O Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, *Dr. Carlos Alberto Pires Gomes*; A Ministra da Saúde, *Dr.ª Maria de Jesus Trovoada dos Santos*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Dr. Marcelino Leal Sanches*.

Promulgado em 2 de Novembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Decreto-Lei n. 20/2016

O Governo, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do Artigo 111.º da Constituição da República, decreta o seguinte:

Regulamento das Actividades dos Inspectores de Jogos

Capítulo I Princípios Gerais

Artigo 1.º Objecto

O presente diploma define e regulamenta as actividades dos Inspectores de Jogos.

Artigo 2.º Natureza

O Departamento de Inspecção de Jogos (DIJ) é um serviço integrado na Direcção de Inspecção de Jogos e Fiscalização das Actividades Turísticas, que funciona na dependência da Direcção-Geral de Turismo e Hotelaria.

Artigo 3.º Âmbito

Os Inspectores de Jogos exercem as actividades de carácter preventivo e fiscalizador, em todo o território nacional, zelando pelo cumprimento da legalidade no âmbito das actividades dos jogos de fortuna ou azar.

Artigo 4.º Competências

1. Compete ao DIJ nos termos da Lei n.º 1/2004 (Lei de Jogos de Fortuna ou Azar) o seguinte:

a) Analisar ou examinar a contabilidade ou escrita das concessionárias ou das sociedades gestoras, incluindo quaisquer transacções, livros, contas e demais registos ou documentos;

b) Constatar a resistência de quaisquer classes de valores, bem como fotocopiar, total ou parcialmente, o que considerar necessário verificar o cumprimento, pelas concessionárias e pelas sociedades gestoras das disposições legais e contratuais aplicáveis;

c) Proceder a apreensão de quaisquer documentos ou valores que constituam objecto de infracção ou se mostrem necessários à instrução do respectivo processo.

2. Compete ainda ao DIJ o seguinte:

a) Inspecionar todas as actividades de exploração e prática de jogos de fortuna ou azar, fazendo respeitar as disposições legais e cláusulas contratuais aplicáveis;

b) Superintender em tudo o que respeite ao estudo, preparação e execução dos contratos de concessão para exploração dos jogos de fortuna ou azar, bem como à respectiva inspecção e fiscalização;

c) Cooperar na fiscalização das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar, sem prejuízo dos poderes fiscalizadores próprios das autoridades policiais;

d) Fiscalizar a aposta mútua, quando não esteja por lei submetida à orientação e inspecção de outra entidade;

e) Sugerir e adoptar providências e instruções tendentes à conceptualização e à regulamentação de quaisquer jogos lícitos;

f) Sugerir e adoptar providências tendentes à prevenção e à repressão dos jogos ilícitos;

g) Fiscalizar a contabilidade especial das explorações de jogos e da escrita comercial das empresas concessionárias das zonas de jogo ou de outras entidades que sejam autorizadas a explorar o jogo e, bem assim, apreciar a respectiva situação económica e financeira;

h) Promover inquéritos, sindicâncias ou averiguações aos serviços, empregados ou agentes das salas de jogos das empresas exploradoras de jogos, bem como instaurar ou mandar instaurar os consequentes processos a que as infracções dêem lugar;

i) Exercer os poderes que lhe forem conferidos, incluindo a aplicação das penalidades pelas infracções previstas na legislação que disciplina a exploração e prática dos jogos de fortuna ou azar;

j) Dar parecer técnico sobre estudos e projectos elaborados por outras entidades, relacionados com a exploração do jogo;

k) Formular propostas para adopção de medidas relativas ao regime tributário sobre o jogo, para seu aperfeiçoamento, permanente actualização e distribuição das receitas respectivas;

l) Expedir as instruções genéricas necessárias e vinculativas pertinentes ao cumprimento da lei e dos contratos e ao bom desempenho das atribuições referidas nas alíneas anteriores; e,

m) Participar na elaboração dos planos de obras das zonas de jogo.

Capítulo II Funcionamento

Artigo 5.º Competências do Chefe do DIJ

1. O Departamento de Inspecção de Jogos é dirigido por um Chefe de Departamento, que para efeitos remuneratórios, auferirá também subsídios atribuídos ao inspector-geral de jogos.

2. Ao Chefe do DIJ compete:

- a) Promover a organização interna dos serviços;
 - b) Coordenar os trabalhos próprios dos seus serviços, garantindo a sua execução e controle;
 - c) Coadjuvar o Director de Inspecção de Jogos e Fiscalização das Actividades Turísticas na observância das regras de assiduidade e disciplina pelo pessoal do DIJ.
3. Compete ao Chefe do DIJ na matéria de jogos o seguinte:
- a) Dirigir, coordenar e orientar o DIJ, no quadro dos princípios estabelecidos pela DGTH;
 - b) Inspecionar e fiscalizar as actividades de exploração e prática de jogos de fortuna ou azar, nomeadamente o funcionamento das salas de jogo dos casinos, de outros locais onde esteja concessionada ou autorizada a exploração de jogos;
 - c) Aplicar medidas preventivas e cautelares de inibição de acesso às salas de jogo;
 - d) Fiscalizar a contabilidade especial do jogo e a escrita comercial dos concessionários e demais entidades autorizadas à sua exploração, mantendo a Direcção-Geral de Turismo e Hotelaria informada sobre os resultados apurados;
 - e) Levantar autos de notícia, sempre que possível testemunhados, os quais têm o valor juridicamente atribuído aos autos levantados por autoridade policial;
 - f) Fiscalizar a aposta mútua e as demais modalidades de jogo, quando não estejam legalmente submetidas à competência de outras entidades;
 - g) Cooperar com as autoridades policiais na actividade de fiscalização e de repressão da prática e exploração de jogos ilícitos;
 - h) Prestar apoio técnico, consultivo e pericial aos tribunais, poder regional e local e as autoridades policiais, em matéria de modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e máquinas de diversão;
 - i) Classificar temas e licenciar máquinas e suportes de jogos de diversão;
 - j) Auditar o material e utensílios destinados aos jogos, tendo em vista a sua homologação e garantir o seu regular funcionamento;
 - k) Designar representantes para os júris dos exames do pessoal das salas de jogo;

l) Exercer todas as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pela Direcção-Geral do Turismo e Hotelaria.

Capítulo III Exercício da actividade

Secção I Princípios, deveres e garantias de Actuação

Artigo 6.º Princípio de proporcionalidade

No exercício das suas funções, os Inspectores de Jogos deverão pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objectivos da acção da Direcção-Geral de Turismo e Hotelaria.

Artigo 7.º Princípio de cooperação

As concessionárias e as sociedades gestoras estão obrigadas à cooperação com o DIJ e com a Direcção dos Impostos, quanto a prestação de elementos e informações que lhes sejam solicitados, à análise ou exame da sua contabilidade, na realização de auditorias extraordinárias e, em geral, aos deveres impostos por normas constante na Lei n.º 1/04 (Lei de Jogos de Fortuna ou Azar) e demais leis.

A violação do princípio de cooperação constitui infracção administrativa punível nos termos legais.

Artigo 8.º Deveres especiais

1. Além da sua sujeição aos deveres gerais inerentes ao exercício da função pública, o pessoal de inspecção de jogos e respectivos dirigentes devem:

- a) Desempenhar com maior escrupulo, correcção e diligência as acções e tarefas de que sejam encarregues;
- b) Guardar rigoroso sigilo de todos os assuntos que tomem conhecimento no exercício ou por causa do exercício das suas funções;
- c) Zelar pelo cumprimento das leis de jogos, tomado as providencias que estiverem nos limites da sua competência para o cumprimento das mesmas;
- d) Cumprir rigorosamente todas as leis que regulamentam os procedimentos de jogos de fortuna ou azar.

2. Para efeitos da obrigação geral de controlo e para cumprimento de deveres e exercício de direitos, os funcionários referidos no ponto anterior consideram-se como estando permanentemente no exercício das suas funções.

Artigo 9.º Garantias do exercício da actividade

1. Ao pessoal da carreira de inspecção de jogos e respectivos dirigentes, no exercício da sua actividade, devem ser facultadas, pelas concessionárias e sociedades gestoras, as condições necessárias à garantia da eficácia da acção inspectiva.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, ao pessoal da carreira de inspecção de jogos e respectivos dirigentes, desde

que devidamente identificados e no exercício das suas funções, é assegurado:

a) Aceder livremente a todos os serviços e dependências das concessionárias e sociedades gestoras sujeitas à intervenção do DIJ e neles permanecer pelo tempo necessário ao desempenho das funções que lhe forem cometidas;

b) Utilizar, junto das concessionárias e sociedades gestoras, instalações adequadas ao exercício das suas funções em condições de dignidade e eficácia;

c) Obter das concessionárias e sociedades gestoras a cedência de material e equipamento próprio, bem como a colaboração de funcionários;

d) Proceder ao exame de quaisquer elementos em poder das concessionárias ou sociedades gestoras, quando se mostrem pertinentes ou indispensáveis ao desenvolvimento da acção inspectiva;

e) Requisitar às autoridades policiais ou de outra natureza, a colaboração que se mostre necessária ao exercício das suas funções, nomeadamente, em casos de resistência a esse exercício.

3. Têm direito ao patrocínio judiciário, os Inspectores de Jogos que, no exercício das suas funções, sejam objecto de ameaças, agressões e comportamentos ofensivos ou inspirados de medo.

Secção II

Eficácia da actuação dos Inspectores de Jogos

Artigo 10.º

Autonomia técnica

Os Inspectores de Jogos orientam a sua actividade na perspectiva do controlo estratégico e pauta a sua actuação pelos princípios da autonomia técnica e da independência e por critérios de legalidade, regularidade, rigor, eficácia e eficiência na gestão e utilização de recursos públicos.

Artigo 11.º

Deveres de Colaboração e Informação

1. Todas concessionárias e sociedades gestoras devem disponibilizar o acesso ou fornecer os elementos de informação que esta considere necessário ao exercício das suas competências e ao êxito da sua missão, segundo os parâmetros da boa fé.

2. A recusa de colaboração devida e a oposição à actuação dos Inspectores de Jogos incorre as concessionárias e sociedades gestoras infractoras em responsabilidade civil e criminal nos termos da lei.

Artigo 12.º

Regulamento Interno dos Casinos

1. Todos os casinos devem ter um Regulamento Interno, no qual, se estabelece as regras que regulam as actividades objecto da concessão, bem como das normas e condições às quais se devem sujeitar os frequentadores e jogadores.

2. O Regulamento Interno, no que respeita aos jogos, deve contemplar as seguintes matérias:

a) A denominação ou denominações com que se identifica cada um dos jogos oferecidos,

) A explicação detalhada das regras que regem cada jogo;

c) Os resultados de estudos e dados estatísticos que indicam ao jogador a probabilidade matemática que tem de obter um ganho;

d) Nos casos de máquinas automáticas ou outros jogos programáveis, deve indicar a percentagem de retorno que estas, têm programado, o qual não pode ser menos que oitenta por cento do ingresso obtido por cada máquina;

e) A responsabilidade que assume a entidade concessionária em relação ao jogador.

3. O Regulamento Interno pode ser alterado ou modificado a pedido da concessionária ou sociedade gestora.

4. A DGTH aprova ou não as modificações, dentro de um prazo de 90 dias contados a partir da apresentação da referida solicitação, ouvido o Ministro que tutela o Turismo.

5. Uma vez aprovada, a concessionária ou sociedade gestora deve afixar, em língua oficial, sem prejuízo da sua tradução em outras línguas, o Regulamento Interno ou a sua modificação, num lugar visível do estabelecimento de jogos de fortuna ou azar.

6. A concessionária ou sociedade gestora obriga-se a distribuir gratuitamente o Regulamento Interno a qualquer solicitante.

Artigo 13.º

Acesso às Salas ou Zonas de Jogos

1. É vedado o acesso às salas ou zonas de Jogos:

a) Aos menores de 18 anos;

b) Aos incapazes, inabilitados e culpados de falência intencional, excepto se tiverem sido, entretanto, reabilitados;

c) Aos funcionários públicos, incluindo os agentes das Forças e Serviços de Segurança, excepto quando autorizado ou no desempenho das suas funções;

d) Quando não em serviço, aos empregados das concessionárias de jogos de fortuna ou azar em casino, quanto às salas ou zonas de jogos exploradas pela respectiva entidade patronal;

e) Aos indivíduos em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas;

f) Aos portadores de armas, engenhos ou materiais explosivos, bem como de aparelhos de registo de imagem ou de som.

2. Gozam de livre acesso às salas ou zonas de jogos, sendo-lhes, no entanto, vedada a prática de jogos, directamente ou por interposta pessoa:

a) Os titulares e os membros dos órgãos de soberania;

b) Os Inspectores de Finanças;

c) O Comandante-Geral da Polícia;

d) Os membros dos órgãos sociais das concessionárias da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino e seus convidados; e,

e) Os membros dos órgãos sociais das sociedades gestoras e seus convidados.

3. Quando no desempenho das suas funções, podem também entrar nas salas ou zonas de jogos, sendo-lhes vedada a prática de jogos, directamente ou por interposta pessoa:

a) Os Magistrados Judiciais e do Ministério Público;

b) Os agentes das Forças e Serviços de Segurança; e

c) Os Inspectores de Jogos.

Capítulo IV Acção inspectiva

Artigo 14.º Actividade

O Inspector de Jogos desenvolve a sua actividade com a finalidade de assegurar o cumprimento das disposições integradas no âmbito da competência do DIJ e demais leis em vigor.

Artigo 15.º Acção de informação e orientação

1. Os Inspectores de Jogos exercem a acção inspectiva com a finalidade de assegurar o cumprimento das disposições integradas no seu âmbito de competência e demais leis.

2. Quando a contra-ordenação consistir em irregularidade sanável e da qual ainda não tenha resultado prejuízo irreparável para nenhuma das partes envolvidas, o inspector do jogo pode levantar auto de advertência, com a indicação da infracção verificada, das medidas recomendadas ao infractor e do prazo para o seu cumprimento.

3. O inspector de jogos deve controlar o cumprimento das normas em causa pelo modo previsto na lei.

Artigo 16.º Acção Sancionatória

1. Com vista a assegurar o cumprimento das disposições legais e no sentido de promover uma efectiva participação dos jogadores, o inspector de jogos levanta auto de notícia, elabora participação ou procede a inquérito prévio relativamente a contra-ordenação que tenha verificado ou comprovado.

2. Se os factos constitutivos da infracção tiverem sido objecto de auto de advertência, o inspector de jogos só poderá promover acção sancionatória depois de decorrido o prazo fixado para cumprimento das medidas recomendadas.

Artigo 17.º Auto de notícia

1. Quando, no exercício das suas funções, o Inspector de Jogos verificar ou comprovar, qualquer infracção a normas integradas no âmbito de competência do DIJ e demais leis,

punível com multa, deve levantar auto de notícia, sendo dispensável a indicação de testemunhas.

2. Depois de confirmado pelo dirigente com competência inspectiva e de notificado ao infractor, o auto de notícia não pode ser sustado.

3. Se a infracção consistir na falta de pagamento de quantias devidas a jogadores, será apurado o respectivo montante, podendo, para esse efeito, o Inspector de Jogos notificar o responsável do casino.

Artigo 18.º Destino das multas

O produto das multas pagas pelo estabelecimento infractor é afecto prioritariamente ao financiamento da formação profissional dos Inspectores de Jogos.

Capítulo V Pessoal

Artigo 19.º Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal dos Inspectores de Jogos integra a Orgânica da DGTH.

Artigo 20.º Carreira de Inspector de Jogos

A carreira de Inspector de Jogos é uma carreira de regime especial, que integra as categorias de inspector-geral de jogos, inspector de jogos superior principal, inspector de jogos superior de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, inspector de jogos principal, inspector de jogos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe.

Artigo 21.º Conteúdo funcional

1. Constituem competências dos Inspectores de Jogos:

a) Exercer a fiscalização permanente do funcionamento das salas de jogos dos casinos e de outros locais onde esteja concessionada a exploração de jogos de fortuna ou azar;

b) Inspeccionar a movimentação de fundos e valores afectos ao funcionamento das salas de jogos;

c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações previstas na lei, referentes a medidas de natureza preventiva e repressiva contra o branqueamento de capitais nos casinos e através dos prémios de apostas e lotarias;

d) Velar pela correcta execução dos contratos de concessão para exploração de jogos e informar superiormente acerca do cumprimento pelos concessionários das suas obrigações, sugerindo as providências que se justifiquem;

e) Realizar exames técnicos à contabilidade de concessionários que explorem jogos de fortuna ou azar, por forma a garantir a correcta liquidação e entrega dos impostos que se mostrem devidos, nomeadamente do imposto especial sobre o jogo;

f) Proceder a auditorias, inquéritos ou outras averiguações respeitantes à gestão e à situação económica e financeira e ao regime tributário especial das entidades exploradoras de jogos;

g) Verificar a observância das normas legais e instruções administrativas, quer por parte das referidas entidades, quer por parte dos seus empregados e agentes;

h) Solicitar a intervenção e cooperar com as autoridades ou agentes policiais nas acções de fiscalização e repressão da prática e exploração de jogos ilícitos;

i) Estudar e dar pareceres sobre as questões suscitadas no âmbito da exploração corrente dos jogos concessionados e sobre questões de natureza económica e financeira em matéria de jogo;

j) Instruir os processos de inquérito, sindicância, disciplinares e contra-ordenacionais que lhe sejam distribuídos pelo Chefe do DIJ

k) Conferir os valores liquidados como impostos, rendas e demais encargos legais e contratuais das entidades exploradoras de jogos, bem como as multas aplicadas;

l) Dar tratamento adequado aos dados estatísticos relativos à arrecadação e distribuição das receitas e outros provenientes da exploração dos jogos em casinos e salas jogos, bem como aos relativos ao combate ao jogo clandestino, às modalidades afins dos jogos de fortuna e azar e às normas preventivas do branqueamento de capitais;

m) Recolher e tratar informaticamente os dados relativos às explorações dos jogos em casinos e em salas jogos;

n) Dar apoio técnico ao poder regional e local em matéria de legislação de jogo e no licenciamento de máquinas de diversão, bem como à autorização de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar.

2. Compete ainda aos Inspectores de Jogos desempenhar as funções que superiormente lhes sejam atribuídas dentro do âmbito das competências do DIJ e demais leis.

Artigo 22.º

Regime de ingresso na carreira de Inspector de Jogos

1. O ingresso na carreira de Inspector de Jogos faz-se por concurso de provas materiais, tendo como métodos de selecção a avaliação curricular, uma prova de conhecimentos e uma entrevista profissional de selecção.

2. O ingresso na carreira de Inspector de Jogos é precedido de estágio com carácter probatório, com duração de 6 meses, a frequentar pelos candidatos seleccionados no âmbito do concurso a que se refere o número anterior.

3. O estágio pode cessar em qualquer momento, no caso dos estagiários que revelem uma notória inadequação para o exercício da função.

4. Para o ingresso na carreira de Inspector de Jogos é exigido o grau de licenciatura ou equiparado, preferencialmente nas áreas de auditoria, gestão, informática, direito e economia, a que corresponderá, a categoria de Inspector de Jogos estagiário grau 1.

5. Pode igualmente ter acesso a carreira de Inspector de Jogos os funcionários da DGTH de formação média ou equiparada nas áreas referidas no número quatro.

Artigo 23.º

Regime de Promoção na carreira de Inspector de Jogos

1. Os lugares de inspector-geral de jogos são providos de entre inspector de jogos superior principal, detentor do grau de Mestre, com pelo menos 3 anos de serviço na categoria e avaliação do desempenho não inferior a Bom.

2. Os lugares de inspector de jogos superior principal são providos de entre inspector de jogos superior de 1.ª classe, detentor do grau de licenciatura, com pelo menos 5 anos de serviço na categoria e avaliação do desempenho não inferior a Bom.

3. Os lugares de inspector jogos superior de 1.ª classe são providos de entre inspector de jogos superior de 2.ª classe com tempo de serviço na categoria prevista no Estatuto da Função Pública.

4. Os lugares de inspector de jogos superior de 2.ª classe são providos de entre inspector de jogos superior de 3.ª classe, respeitando o tempo de serviço na categoria e outros requisitos previstos no Estatuto da Função Pública.

5. Os lugares de inspector de jogos principal são providos de entre inspectores de jogos de 1.ª classe respeitando as formalidades previstas no Estatuto da Função Pública.

6. Os lugares de inspector de jogos de 1.ª classe são providos de entre inspectores de jogos de 2.ª classe respeitando as formalidades previstas no Estatuto da Função Pública, bem como pelos inspectores de jogos estagiários grau 1 que tenham concluído com aproveitamento o respectivo estágio.

7. Os lugares de inspector de jogos 2.ª classe são providos de entre inspectores de jogos estagiários grau 2 que tenham concluído com aproveitamento o respectivo estágio.

8. Os lugares de inspector de jogos 3.ª classe são providos de entre estagiários grau 3 que tenham concluído com aproveitamento o respectivo estágio.

9. Para os lugares de inspector-geral de jogos, inspector de jogos superior principal, inspector de jogos principal poderão ser nomeados funcionários da DGTH com qualificação necessária em comissão de serviço.

Artigo 24.º

Incompatibilidades

1. O pessoal afecto ao DIJ está sujeito ao regime legal de incompatibilidades dos funcionários e agentes da Administração Pública.

2. Aos Inspectores de Jogos e ao pessoal dirigente com competência inspectiva é vedado exercer qualquer actividade que possa afectar a sua independência, isenção, autoridade ou dignidade da função.

Artigo 25.º

Regime remuneratório

O pessoal de carreira de Inspector de Jogos e respectivos dirigentes têm direito a suplementos mensais de exclusividades e de risco, a ser regulamentado pelo despacho do Ministro que tutela o Turismo.

Artigo 26.º

Dirigentes com competência inspectiva

Todos os direitos e deveres conferidos aos Inspectores de Jogos consideram-se extensivos aos dirigentes com competência inspectiva.

Artigo 27.º

Estatuto profissional

1. O serviço prestado pelos Inspectores de Jogos requer disponibilidade permanente, podendo as respectivas funções ser exercidas a qualquer hora do dia ou da noite, incluindo os dias de descanso semanal e feriados.

2. O pessoal com competência inspectiva dispõe dos necessários poderes de autoridade, de acordo a legislação aplicável.

3. As remunerações dos Inspectores de Jogos não obedecem aos mesmos critérios do quadro salarial da DGTH, durante o período em que estiver a exercer actividade decorrente do presente diploma;

4. Sob pena de incorrer em crime de peculato, em nenhuma circunstância e antes de decorridos, pelo menos 5 anos após a cessação de funções como Inspector de Jogos pode este ser accionista, sócio, empregado, dirigente ou assessor de uma empresa concessionária ou sociedade gestora de exploração de jogos.

Artigo 28.º

Sigilo profissional e direitos especiais

1. Os funcionários e agentes da Direcção de Inspecção de Jogos e Fiscalização de Actividades Turísticas estão sujeitos ao dever de sigilo relativamente a factos e informações de que tomem conhecimento no exercício das suas funções, excepto quanto às autoridades policiais e judiciais, no exercício das respectivas competências.

2. O pessoal ao serviço Inspecção de Jogos tem direito ao uso de cartão especial de identificação e acesso, de conformidade com o modelo a ser aprovado pelo despacho do Ministro que tutela o Turismo.

Artigo 29.º

Estágio

1. O regulamento de estágio para ingresso na carreira de Inspector de Jogos é aprovado por despacho do Ministro que tutela o Turismo.

2. A frequência do estágio para ingresso na carreira de Inspector de Jogos é feita mediante regime de contrato administrativo de provimento, no caso de indivíduos não vinculados à função pública, e em comissão de serviço extraordinária, se o estagiário já estiver nomeado definitivamente noutra carreira.

Artigo 30.º

Funções do Pessoal em Geral

O pessoal da DIJ cujas funções não estejam especialmente fixadas no Estatuto Orgânico da DGTH, na Lei geral ou neste Regulamento desempenha as funções que lhe sejam fixadas pelo dirigente responsável pelo serviço.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente Decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 06 de Outubro de 2016

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 6 de Outubro de 2016.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Patrice Emery Trovoada*; O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Afonso da Graça Varela da Silva*; O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Dr. Manuel Salvador dos Ramos*; O Ministro da Defesa e do Mar, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Administração Interna, *Sr. Arlindo Ramos*; Pelo Ministro da Justiça e Direitos Humanos, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Economia e da Cooperação Internacional, *Dr. Agostinho Quaresma Fernandes*; O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *Dr. Américo d'Oliveira dos Ramos*; O Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Eng. Carlos Manuel Vila Nova*; O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, *Sr. Teodorico Campos*; O Ministro da Educação, Cultura e Ciência, *Dr. Olinto da Silva e Sousa Daio*; O Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, *Dr. Carlos Alberto Pires Gomes*; A Ministra da Saúde, *Dr.ª Maria de Jesus Trovoada dos Santos*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Dr. Marcelino Leal Sanches*.

Promulgado em 2 de Novembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Decreto-Lei n.º 21/2016

Atendendo aos efeitos nefastos do consumo excessivo de bebidas alcoólicas para saúde pública, segurança, estabilidade social, e consequentemente, o aumento de despesas para o erário público,

Havendo a necessidade de se criar mecanismos que permitam dissuadir o alto nível de consumo de bebidas alcoólicas;

Considerando que a tarifa aduaneira constitui instrumento de política económica e fiscal, podendo ser também utilizada para a protecção da segurança e da saúde pública;

No uso da Autorização Legislativa nº 5/16 de 29 de Junho e, nos termos da alínea d) do artigo 111º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Governo decreta o seguinte.

Artigo 1.º
Objecto

São alteradas as Taxas aduaneiras aplicáveis para a cobrança dos direitos aduaneiros devidos pela importação de bebidas alcoólicas.

Artigo 2.º

Para efeito de tributação aduaneira passam a vigor as seguintes taxas aduaneiras:

DESIGNAÇÃO	NOMENCLATURA	TAXA	SOBRETAXA	TOTAL
CERVEJA	2203	20%	82%	102%
ESPUMANTE	220410	20%	110%	130%
VERMUTE	2204	20%	110%	130%
VINHO	2205	20%	50%	70%
BEBIDAS FERMENTADA	2206	20%	110%	130%
BEBIDAS ESPIRITUOSA	2208	20%	110%	130%

Artigo 3.º
Revogação

Facam revogados todos os preceitos legais que o contrariem o presente Diploma, no que concerne à taxa correspondente aos direitos aduaneiros, aplicadas aos referidos produtos.

Artigo 4.º
Entrada em Vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 06 de Outubro de 2016.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 13 de Setembro de 2016.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Patrice Emery Trovoada*; O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Afonso da Graça Varela da Silva*; O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, *Dr. Manuel Salvador dos Ramos*; O Ministro da Defesa e do Mar, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Administração Interna, *Sr. Arlindo Ramos*; Pelo Ministro da Justiça e Direitos Humanos, *Dr. Carlos Olímpio Stock*; O Ministro da Economia e da Cooperação Internacional, *Dr. Agostinho Quaresma Fernandes*; O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *Dr. Américo d'Oliveira dos Ramos*; O Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Eng. Carlos Manuel Vila Nova*; O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, *Sr. Teodorico Campos*; O Ministro da Educação, Cultura e Ciência, *Dr. Olinto da Silva e Sousa Daio*; O Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, *Dr. Carlos Alberto Pires Gomes*; A Ministra da Saúde, *Dr.ª Maria de Jesus Trovoada dos Santos*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Dr. Marcelino Leal Sanches*.

Promulgado em 2 de Novembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

**DIÁRIO DA REPÚBLICA****AVISO**

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos –

Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir@cstome.net São Tomé e Príncipe. - S.Tomé.